

Ao longo dos séculos XIX e XX e sobretudo no contexto dos nacionalismos e dos períodos pós-independência o discurso político africano vem salientando a relação entre a educação e a construção do Estado. No caso dos PALOP, no período pós-independência e fruto das contingências históricas, foi atribuída à educação a tarefa de transformar *a sociedade e as mentalidades* (criação do homem novo, indissociável da criação de uma nova sociedade), discurso que foi sendo gradualmente substituído, a partir da década de 90 e na linha dos documentos do Banco Mundial, pelo da necessidade de desenvolvimento dos recursos humanos, considerando que os investimentos na educação são instrumento de redução dos níveis de pobreza. Esta evolução ideológica quanto ao papel do ensino e da formação tem implicações na definição da função do Estado e do seu relacionamento com os sistemas educativos, muitas vezes condicionados pela dependência de recursos e apoios externos.

Em cenários de fragilização e vulnerabilidade do Estado-nação ou de assumpção do ensino/formação como instrumentos fundamentalmente de resposta às necessidades do mercado de trabalho, abrem-se oportunidades (ou criam-se necessidades) para a intervenção de organizações sociais não estatais que complementam ou substituem o Estado na implementação de medidas educativas e de forma mais ou menos clara e consentida intervêm na regulação das políticas neste sector.

A acção da sociedade civil desenvolve-se em relações complexas de poder entre o sistema educativo e outros sistemas, entre o saber dito tradicional e o saber dito moderno e, se por um lado, essa acção está inscrita no *sistema mundo* de valores e saberes, por outro é a expressão contextualizada de percursos, situados no tempo e no espaço. Neste âmbito torna-se relevante a análise de situações e de projectos que traduzem modelos implementados de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil.

Os textos que constituem este capítulo descrevem e analisam formas de relacionamento no âmbito da educação entre a sociedade civil e o Estado em alguns dos PALOP. Valorizam as dimensões contextuais a par de dimensões de ordem internacional. Também em comum os textos problematizam o sentido da relação educação–desenvolvimento–cultura–saberes e adoptam uma abordagem crítica, descentrada, sobre projectos e parcerias.

O primeiro texto, “10 Anos de cooperação em educação: actores, contextos, agendas e diálogo”, apresenta uma reflexão sobre a cooperação na área da educação em África levada a cabo pela Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, incidindo sobre as lições aprendidas, fruto de três ex-

## PROJECTOS, POLÍTICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS, UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

**Antónia Barreto**

Escola Superior de Educação  
e Ciências Sociais – Instituto  
Politécnico de Leiria, (ESECS-IPL)  
Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE-IUL), Centro de Estudos  
Africanos (CEA-IUL)

periências: o processo de criação da rede de recursos do programa *Educar sem Fronteiras* e as parcerias na implementação dos programas *Onjila*, com a ONG angolana ADRA e *Aumento das capacidades linguísticas dos professores do ensino primário*, realizado pelo Ministério de Educação angolano e a ONG *Save the Children*. A reflexão aponta para a necessidade de apropriação pelo serviço público educativo de situações experimentais levadas a cabo junto de populações vulneráveis, para a importância do trabalho de mediação entre o Estado e as ONG e para o *local* em políticas marcadamente dependentes da agenda definida por organizações internacionais.

O texto sobre o projecto *Melhorar a Educação de Infância na Guiné-Bissau* analisa uma intervenção realizada por docentes da Universidade de Aveiro no âmbito da formação de educadoras de infância, segmento de formação sem intervenção do Estado, concluindo-se da importância da vontade política para a implementação de medidas de sucesso. O texto “O impacto da merenda escolar na inserção, retenção e sucesso escolar dos alunos do ensino primário em Angola” apresenta a importância da garantia por parte do Estado angolano de condições básicas de vida, neste caso o reforço alimentar dos alunos, para o sucesso educativo. O artigo “O potencial das redes sociais para o desenvolvimento profissional dos docentes” reflecte sobre o papel das redes sociais, como contexto de aprendizagem informal, podendo ser uma das formas de resposta às necessidades de construção de competências TIC e do desenvolvimento profissional de professores do ensino não superior nos PALOP. O texto seguinte, “A formação de professores em Moçambique e o desenvolvimento criativo e reflexivo”, resume um trabalho de investigação levado a cabo no âmbito de um mestrado na Universidade Pedagógica de Moçambique em que se verifica predominar a exterioridade e a reprodução de comportamentos em situações de formação de professores, questionando o sentido da relação entre a formação, a cultura, a teoria e a prática.

124

O papel do ensino profissional e como se tem desenvolvido nos últimos anos é apresentado no texto “E.I.C.P. (Escola Industrial e Comercial de Pemba) – Uma escola técnica do ensino básico”. A análise de caso evidencia a missão modernizadora e de resposta ao mercado de trabalho desenvolvida pelas escolas profissionais em Moçambique, enquadradas num processo de reforma estatal deste segmento de ensino.

O texto “A cooperação portuguesa em São Tomé e Príncipe na área da educação e da formação” faz uma reflexão crítica sobre as prioridades, estratégias, eficácia e impacto das acções de cooperação em educação e formação tendo como quadro de referência as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. O texto “A construção de novos manuais: Um elemento crucial da reforma do ensino básico em São Tomé e Príncipe” apresenta o trabalho realizado por uma equipa da Escola Superior de Educação de Santarém na reforma do ensino básico em que a metodologia colaborativa com o sector estatal, a nível central e a nível das escolas, orientou todo o trabalho de concepção, testagem e avaliação de manuais escolares, uma das dimensões da reforma do ensino básico, apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e o Banco Mundial.

A missão educadora de organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau é objecto de reflexão do texto “A educação informal e as associações. A propósito das Mandjuandades da Guiné-Bissau”, onde se destaca que este tipo de educação propicia aprendizagens diversificadas, entre elas a da prática da intervenção política e da organização institucional, sendo por isso instrumentos de valorização de saberes locais e de modernização.